

# PT recorre do arquivamento da investigação

De Brasília

Parlamentares do PT vão insistir na abertura de uma investigação preliminar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal para apurar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no esquema de escuta telefônica ilegal que teria sido organizado por funcionários da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou ontem em plenário que seu partido vai apresentar dois recursos — um ao Conselho de Ética e outro à Mesa Diretora do Senado — para que seja reconsiderada a decisão do presidente da Casa, José Sarney, de arquivar o requerimento dos parlamentares em que solicitavam providências do Conselho de Ética sobre o caso. Os petistas também vão encaminhar uma questão de ordem à Comissão de Constituição e Justiça em que questionarão se tanto Sarney

quanto o presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), agiram de acordo com o regimento interno da Casa.

Os senadores do PT usaram como argumento principal para pedir a abertura das investigações o fato de jornalistas da "Is-toÉ" estarem dispostos a revelar no Conselho a existência de provas documentais do envolvimento de ACM com os grampos. O pefelista, em conversa gravada por jornalistas da revista, admitiu que mandou grampear o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), um de seus maiores rivais no estado. O presidente do Conselho de Ética afirmou que vai convocar uma reunião na quarta-feira para analisar o recurso dos petistas.

O caso do grampo criou um clima de mal estar entre parlamentares do PT e o presidente do Conselho de Ética. "Infelizmente o presidente do Conselho tem dado declarações jocosas sobre o PT, dizendo que o PT só faz jog

de cena ao pedir investigações. Ou o senador Juvêncio está acometido por um doloroso processo de amnésia seletiva ou está fazendo parte de algum conluio desta Casa para proteger alguém", disse Heloísa Helena.

Segundo ela, se o PT quer uma investigação preliminar dos fatos é exatamente porque ainda não tem provas suficientes para solicitando abertura de processo de cassação contra ACM. "Em todos os outros casos investigados pelo Conselho adotados o mesmo procedimento (investigações preliminares)", alega Heloísa Helena.

A senadora criticou a decisão de Juvêncio de encaminhar para a Mesa do Senado o requerimento dos petistas. Segundo ela, como o presidente do Conselho de Ética apenas fez um "comunicado" ao presidente do Senado sobre o fato, justifica-se o despacho de Sarney. O presidente do Senado alegou que o encaminhamento do requerimento à

Mesa foi "apenas para dar conhecimento, não sendo solicitada qualquer manifestação".

E Sarney acrescenta em seu despacho: "Por outro lado, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já tomou a providência de acompanhar, através de uma comissão de três senadores, o inquérito que se desenrola em instância própria (na Polícia Federal). Ciente, nada a despachar".

O presidente do Conselho insiste que agiu corretamente ao submeter o requerimento dos petistas à Mesa. "Eu não teria que pedir nada (no despacho). A Mesa sabia o que foi pedido (pelo PT). Quem assina o requerimento é quem tem que pedir. Investigação preliminar já existe na Polícia Federal, que sabe quem fez o grampo e quais são os indícios", afirmou Juvêncio. Ele disse que se há uma confissão gravada de ACM sobre o grampo, o PT tem prova para pedir a abertura do processo de cassação (MJD).

07 MAR 2003

VALOR ECONÔMICO